



UNIVERSIDADE POTIGUAR

CURSO DE DIREITO

CAMPUS NATAL/RN

RELAÇÃO DE ORIENTADORES E ORIENTANDOS

A Coordenação da Grande Área 03, através do Curso de Direito – Campus Natal/RN, Unidades Salgado Filho e Zona Norte, da Universidade Potiguar, torna pública a relação de orientadores e seus respectivos orientandos, observando o Edital n.º 01/2023, para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, no semestre 2023.1.

PROFA. ANA MARILIA DUTRA FERREIRA DA SILVA

E-mail: ana.marilia@animaeducacao.com.br

1. A RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA NO CONTEXTO DA REPRODUÇÃO ASSISTIDA
2. A CONSTITUCIONALIDADE DA CONCESSÃO DE PODER DE POLÍCIA PARA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO
3. ESTELIONATO DIGITAL NO BRASIL, UMA ANÁLISE A LUZ DA TEORIA ECONÔMICA DO CRIME
4. A FORMAÇÃO DE UM NOVO MODELO DE PRODUÇÃO LEGISLATIVA, NO ÂMBITO DO MUNICIPAL DE NATAL, A PARTIR DA UTILIZAÇÃO DOS PADRÕES TÉCNICO-CIENTÍFICOS DA LEGÍSTICA
5. O PAPEL DO ESTADO FRENTE AO ASSEGURAMENTO DOS DIREITOS E GARANTIAS DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS
6. ANÁLISE CONSTITUCIONAL DOS MEIOS EXECUTIVOS ATÍPICOS
7. ACESSIBILIDADE NOS SISTEMAS PRISIONAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
8. UMA ANÁLISE JURÍDICA ACERCA DO PROJETO DE LEI NÚMERO 2630/2020: SOB A ÓPTICA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DOS DADOS
9. O DIREITO AO CONHECIMENTO DOS DIREITOS: DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO IDEAL DE CIDADANIA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO
10. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS Nº 13.709/2018: UMA ANÁLISE DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA LOJA RIACHUELO
11. A AUSÊNCIA DE TUTELA À PROTEÇÃO DE DADOS COMO PROPRIEDADE PRIVADA NO DIREITO 4.0.
12. A CONSTITUCIONALIDADE DA CONCESSÃO DE PODER DE POLÍCIA PARA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO
13. A INSTABILIDADE JURÍDICA NO SISTEMA BRASILEIRO ACERCA DA REGULAMENTAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL NO ÂMBITO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
14. ACESSO À EDUCAÇÃO JURÍDICA NAS ESCOLAS COMO DIREITO CONSTITUCIONAL E O PLENO EXERCÍCIO DA CIDADANIA NA DEMOCRACIA



PROFA. DANIELLE FREITAS DE LIMA OLIVEIRA

E-mail: danielle.f.oliveira@animaeducacao.com.br

1. CONSELHO TUTELAR E SUA EFETIVIDADE: ANÁLISE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO ÓRGÃO À LUZ DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE BREJINHO/RN
2. ESCUTA ESPECIALIZADA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA
3. ADEQUAÇÃO AOS DOCUMENTOS NORMATIVOS NA DOCÊNCIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA: A GARANTIA DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E SUPORTE LEGAL À LUZ DA LDB
4. CRIMES CIBERNÉTICOS: DESAFIOS ENFRENTADOS NO PROCESSO INVESTIGATIVO
5. LEI HENRY BOREL NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: NO CENÁRIO DO DIREITO PENAL BRASILEIRO
6. A ALIENAÇÃO MENTAL E SEUS REFLEXOS SOBRE A IMPUTABILIDADE PENAL
7. CRIMES CONTRA A FAUNA SILVESTRE: UMA ANÁLISE DOS DELITOS OCORRIDOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE NO ANO DE 2022
8. CRIMES CIBERNÉTICOS
9. FALSIDADE IDEOLÓGICA NO CIBERESPAÇO: OS GOLPES APLICADOS POR CONTAS FAKE NAS REDES SOCIAIS
10. PSICOPATIA E DIREITO PENAL
11. POLÍTICA DO ENCARCERAMENTO
12. A LEI DE EXECUÇÃO PENAL E O DIREITO DA ASSISTÊNCIA AO EGRESSO DO PRESO
13. A RESSOCIALIZAÇÃO DOS EGRESSOS DO SISTEMA CARCERÁRIO E AS POLÍTICAS DE REINTEGRAÇÃO CRIADAS PELO ESTADO
14. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ABANDONO DE INCAPAZ
15. A EFICIÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA NA LUTA CONTRA O AUMENTO DAS DENÚNCIAS

PROF. DOUGLAS DA SILVA ARAÚJO

E-mail: douglas.araujo@animaeducacao.com.br

1. A IMPORTUNAÇÃO SEXUAL ÀS MULHERES NOS TRANSPORTES COLETIVOS NA CIDADE DO NATAL/RN
2. LEI MARIA DA PENHA: UM ESTUDO SOBRE A SUA APLICABILIDADE E A (IN)EFICÁCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA NA COMARCA DE PARNAMIRIM/RN
3. A INCONSTITUCIONALIDADE DA EXECUÇÃO ANTECIPADA DA PENA NOS CRIMES DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI
4. A INFLUÊNCIA DA REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA PROPOSIÇÃO DE PROJETOS DE LEI NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN
5. DIREITO AO ESQUECIMENTO: PRINCIPAL MEIO DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE EX-DETENTO
6. NOVO CANGAÇO: UM NOVO TIPO PENAL
7. A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: A RETRATAÇÃO POR PARTE DAS VÍTIMAS NA REPRESENTAÇÃO CONTRA SEUS AGRESSORES NOS CRIMES DE AMEAÇA E PERSEGUIÇÃO
8. OS IMPACTOS SOCIAIS DOS PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: PROJETO REDE DE PROTEÇÃO À MULHER



9. A RELEVÂNCIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO NORTE NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO PENAL
10. INOVAÇÕES DA LEI MARIA DA PENHA: ASPECTOS PROCESSUAIS E MATERIAIS
11. CRIME ORGANIZADO E A TEORIA DO ETIQUETAMENTO SOCIAL ORIUNDA DO SISTEMA DE JUSTIÇA PENAL
12. TEORIAS CRIMINOLÓGICAS E O CRIME ORGANIZADO NO BRASIL
13. ASSÉDIO SEXUAL NOS AMBIENTES COORPORATIVOS: MECANISMOS DE PROTEÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA
14. ANÁLISE DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA A PARTIR DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIAS REALIZADAS PELO PODER JUDICIÁRIO POTIGUAR

PROF. PEDRO FERNANDO BORBA VAZ GUIMARÃES

E-mail: pedro.vaz@animaeducacao.com.br

1. OS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA NOS ÚLTIMOS ANOS
2. APOSENTADORIA ESPECIAL NO BRASIL: REQUISITOS PARA SUA CONCESSÃO E AS MUDANÇAS APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL 103/2019
3. O USO DO PODER RELIGIOSO PARA FINS POLÍTICOS E SUA IMPLICAÇÃO NO DIREITO ELEITORAL
4. LEI GERAL DE PROTEÇÃO AOS DADOS
5. TRABALHO INFANTIL NO BRASIL; UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DA EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO E ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ATUAIS PARA A SUA ERRADICAÇÃO
6. O TEMPO DE ESPERA NO BANCO
7. ANÁLISE DAS REPERCUSSÕES JURÍDICAS DO IMPACTO SOCIOAMBIENTAL CAUSADO PELA INSTALAÇÃO DE PARQUES EÓLICOS NO INTERIOR DO ESTADO DO RN
8. O IMPACTO DA PANDEMIA DO COVID 19 NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E A ADESÃO AO REGIME DE TELETRABALHO
9. O ASSÉDIO SEXUAL NO VÍNCULO TRABALHISTA: UMA ANÁLISE ACERCA DOS INSTRUMENTOS PROBATÓRIOS
10. APOSENTADORIA ESPECIAL NO BRASIL: REQUISITOS PARA SUA CONCESSÃO E AS MUDANÇAS APÓS EMENDA CONSTITUCIONAL 103/2019
11. JUSTA CAUSA EM ABORDAGENS
12. INFLUENCIADORES DIGITAIS, PUBLICIDADE E RESPONSABILIDADE CIVIL
13. O IMPACTO DAS AUDIÊNCIAS ON-LINE NO JUDICIÁRIO
14. ANÁLISE DA APLICAÇÃO DA LEI: 8.069-1990 QUANTO A FALTA DE CELERIDADE NA CONDUÇÃO DE CRIANÇA PARA CASA DE ACOLHIMENTO

PROFA. MARINA DE CARVALHO GUEDES

E-mail: marina.guedes@animaeducacao.com.br

1. ABUSO DE AUTORIDADE EM ABORDAGEM POLICIAL: REFLEXO DA LEI Nº 13.869/2019 PARA A POPULAÇÃO NEGRA DO BRASIL
2. PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SOCIAL E SUA POSSÍVEL APLICABILIDADE NOS JOGOS DE AZAR
3. A REPERCUSSÃO GERAL DAS DECISÕES JUDICIAIS E O EFEITO BACKLASH
4. LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO
5. ENTRAVE NO ACESSO À JUSTIÇA: DIFICULDADES NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA PESSOA FÍSICA EM VARA CÍVEL NÃO ESPECIALIZADA
6. HOMESCHOOLING: ASPECTOS JURÍDICOS E GERAIS NO BRASIL



7. A INFLUÊNCIA DAS FAKE NEWS NAS ELEIÇÕES DE 2022
8. TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL (A INEFICÁCIA DA LEI 13344/16)
9. FASHION LAW - O DIREITO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL APLICADO À INDÚSTRIA DA MODA
10. PACOTE ANTICRIME
11. ESTUPRO FAMILIAR
12. O AUMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR DURANTE A PANDEMIA DO COVID19
13. PRINCIPAIS TIPOS PENAIS NO CÁRCERE FEMININO E POLÍTICA DE DROGAS
14. NEGOCIAÇÃO DE ACORDOS DE COLABORAÇÃO PREMIADA NO PROCESSO PENAL: VANTAGENS, DESVANTAGENS E LIMITES ÉTICOS
15. SUPERENCARCERAMENTO: A NECROPOLÍTICA DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

PROFA. PETRUCIA DA COSTA PAIVA SOUTO

E-mail: petrucia.souto@animaeducacao.com.br

1. ALIENAÇÃO PARENTAL E SUAS VICISSITUDES: O CONTEXTO DAS DECISÕES JUDICIAIS E A PERSPECTIVA DO MANEJO SOB O PRISMA DA PSICANÁLISE.
2. A (DES) NECESSIDADE DE INSCRIÇÃO DE CPF DE NATIMORTO
3. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
4. A FUNÇÃO SOCIAL DO ADVOGADO
5. DIVÓRCIO EXTRAJUDICIAL ON-LINE: DIFICULDADES JUDICIAIS NO DIVÓRCIO EXTRAJUDICIAL ON-LINE COM FILHOS INCAPAZES
6. A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS INFLUENCIADORAS DIGITAIS NO ÂMBITO DAS REDES SOCIAIS
7. MULTIPARENTALIDADE E SEUS EFEITOS JURÍDICOS
8. A DEFENSORIA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO FUNDAMENTAL PARA EFETIVAR O DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL
9. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
10. RELAÇÕES POLIAFETIVAS: UMA ANÁLISE DOS NOVOS MODELOS DE FAMÍLIA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988
11. ANÁLISE DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA REQUERER PENÇÃO ALIMENTÍCIA
12. ALIENAÇÃO PARENTAL EM PERÍODOS DE PANDEMIA
13. INFLUENCIADORES DIGITAIS, PUBLICIDADE E RESPONSABILIDADE CIVIL
14. RESPONSABILIDADE CIVIL DOS FILHOS PELO ABANDONO AFETIVO DOS PAIS IDOSOS
15. PARTILHA DE DIREITOS POSSESSÓRIOS SOBRE IMÓVEIS IRREGULARES

PROF. RICARDO LUIZ MUNIZ DE SOUZA FILHO

E-mail: ricardo.l.filho@animaeducacao.com.br

1. INADEQUAÇÃO ENTRE O CRITÉRIO MATERIAL E QUANTITATIVO NA COBRANÇA DAS CUSTAS JUDICIAIS NO ÂMBITO DO TJRN
2. CONTRATOS BUILT TO SUIT E A FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO NO DIREITO DIGITAL
3. A IMPOSSIBILIDADE DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO ENTRE PLATAFORMAS DE VIAGENS E MOTORISTAS
4. A IMPOSSÍVEL DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO ENTRE PLATAFORMAS DE VIAGENS E MOTORISTAS OBS: PROF. RÔMULO DORNELAS



5. A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO A PANDEMIA DA COVID-19
6. A RESPONSABILIDADE DO AGENTE POLÍTICO, À LUZ DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
7. ADI 2446: ELISÃO FISCAL COMO PROPÓSITO NEGOCIAL DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
8. DIREITOS AUTORAIS E A QUESTÃO DO USO DO SAMPLE NA INDÚSTRIA FONOGRÁFICA
9. COMPLIANCE DIGITAL: OS DESAFIOS DA LGPD NO CENÁRIO DAS FINTECHS BANCÁRIAS
10. FRAUDES DE ENGENHARIA SOCIAL E A RESPONSABILIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS A LUZ DO STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
11. O IPVA COMO MEIO DE SANAR A GUERRA FISCAL E FACILITADOR DA JUSTIÇA FISCAL
12. ÓTICA JURISPRUDÊNCIA DA LGPD EM PERSPECTIVAS DA PROPENSÃO NAS REDES SOCIAIS
13. O DECRETO 10.024/2019 E SUAS NOVAS MODALIDADES DE LANCES: COMO PODE BENEFICIAR E PREJUDICAR AS EMPRESAS QUE PARTICIPAM DE PROCESSO LICITATÓRIO
14. DIREITOS AUTORAIS E A QUESTÃO DO USO DO SAMPLE NA INDÚSTRIA FONOGRÁFICA
15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS DE ACORDO COM CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL - CTN

PROF. RODRIGO CAVALCANTI

E-mail: rodrigo.cavalcanti@animaeducacao.com.br

1. A VALORAÇÃO DA PALAVRA DA VÍTIMA NOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL: UM AVANÇO NA REPRESSÃO E CONDENAÇÃO DESSES CRIMES E A AFRONTA AO PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO
2. A VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA E SEUS IMPACTOS NOS INDIVÍDUOS EM ESTADO DE VULNERABILIDADE
3. LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS PARA REALIZAÇÃO DA BUSCA PESSOAL: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO RACISMO ESTRUTURAL
4. COMO A INOBSERVÂNCIA DA APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL ATRELADOS A PRESSÃO SOCIAL PODEM IMPACTAR NEGATIVAMENTE AS SENTENÇAS DO TRIBUNAL DO JURI
5. HOMICÍDIO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PENAIAS E PROCESSUAIS PENAIAS
6. INFILTRAÇÃO DE AGENTES COMO MEIO DE OBTENÇÃO DE PROVAS NO COMBATE À CRIMINALIDADE ORGANIZADA NO ÂMBITO NACIONAL
7. SISTEMA PENAL: A UTILIZAÇÃO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS, PARA O COMANDO DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS DE DENTRO DOS PRESÍDIOS
8. CRIMES VIRTUAIS E SEUS REFLEXOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA
9. LAVAGEM DE DINHEIRO COM FOCO NAS CRIPTOMOEDAS E A FALTA DE REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA
10. O TRATAMENTO DA PSICOPATIA CRIMINOSA NO BRASIL: UMA BREVE ANÁLISE BASEADA NO CASO FEBRÔNIO ÍNDIO
11. A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO JUIZ DE GARANTIAS SOB A PERSPECTIVA DAS ADI'S 6298, 6299, 6300 E 6305
12. ASPECTOS ANTROPOTECNOLÓGICOS DA CADEIA DE CUSTÓDIA
13. CADEIA DE CUSTÓDIA DA PROVA PENAL - O DESCARTE DE IMAGENS DE PORNOGRAFIA INFANTIL E O DIREITO CONSTITUCIONAL À CONTRAPROVA



14. VEDAÇÃO À TESE DE LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA E SUA RELAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE À PLENITUDE DE DEFESA
15. MEDIDAS PROTETIVAS NO ÂMBITO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: UMA VISÃO SOB A ÓTICA DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM DIRETAMENTE COM AS VÍTIMAS. EXISTEM RECURSOS PARA ASSEGURÁ-LAS?

PROF. ROMULO DORNELAS PEREIRA

E-mail: romulo.pereira@animaeducacao.com.br

1. UBERIZAÇÃO: A POSSIBILIDADE DE RELAÇÃO EMPREGATÍCIA ENTRE OS MOTORISTAS E AS EMPRESAS DE APLICATIVOS DE TRANSPORTE NO BRASIL
2. OS LIMITES DA JUSTA CAUSA NA RESCISÃO DOS CONTRATOS DE TRABALHO POR EMBRIAGUEZ
3. A REFORMA TRABALHISTA E SUA FLEXIBILIZAÇÃO QUANTO AS NOVAS MODALIDADES CONTRATUAIS DE TRABALHO: TRABALHO INTERMITENTE, O TELETRABALHO E O REGIME EM TEMPO PARCIAL
4. O SINDICALISMO NA ÓTICA DO SINAI: AVANÇOS E CONQUISTAS A LUZ DO DIREITO DO TRABALHO
5. E-SOCIAL: IMPACTOS CAUSADOS ÀS EMPREGADAS DOMÉSTICAS
6. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA/LOAS E O DIREITO A PENSÃO POR MORTE
7. O TELETRABALHO EM TEMPOS PANDÊMICOS SOB A ÓTICA DO DIREITO DO TRABALHO
8. ADOECIMENTO PELA SÍNDROME DE BURNOUT NO AMBIENTE DE TRABALHO: GARANTIAS E DIREITOS TRABALHISTA
9. ANÁLISE DA PROTEÇÃO AO DIREITO DAS MULHERES NO ÂMBITO TRABALHISTA Á LUZ DO ASSÉDIO SEXUAL EM POSTOS DE GASOLINA NO RN
10. IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DO ASSÉDIO MORAL NAS GRANDES ORGANIZAÇÕES PARA COM OS FUNCIONÁRIOS E A OMISSÃO DA RESPONSABILIDADE DEVIDO À HIERARQUIA EMPRESARIAL
11. CONTROLE DA JORNADA DE TRABALHO DO PROFISSIONAL HOME-OFFICE EM ÉPOCA DE PANDEMIA
12. ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA
13. OS IMPACTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA REFORMA TRABALHISTA

PROFA. SAMARA TRIGUEIRO FELIX DA SILVA

E-mail: samara.felix@animaeducacao.com.br

1. A UTOPIA DA RESSOCIALIZAÇÃO: O PAPEL DA APAC NA DESCONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE ESTEREOTIPADA
2. A FRAGILIDADE DO RECONHECIMENTO DE PESSOAS À LUZ DO PROCESSO PENAL: UMA ANÁLISE DA APLICABILIDADE DO ARTIGO 226 DO CÓDIGO DO PROCESSO PENAL
3. ESTUPRO DE VULNERÁVEL EM NOSSA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA
4. CICLO COMPLETO DE POLÍCIA: CONFECÇÃO DO TCO PELA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5. ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA PROMOÇÃO DE MECANISMOS PARA UMA RESSOCIALIZAÇÃO EFICAZ
6. O AUMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19



7. ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO DIANTE DE CRIMES PSICOPATOLÓGICOS
8. OS ENTRAVES DAS INVESTIGAÇÕES DOS CRIMES CIBERNÉTICOS SOB A ÓTICA POLICIAL
9. OS CRITÉRIOS DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO PARA A INIMPUTABILIDADE: A NEUROSE E A PSICOSE
10. ARMA DE FOGO, UTILIZAÇÃO EM DEFESA DA VIDA E DO PATRIMÔNIO
11. A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA POLICIAL NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
12. ATO INFRACIONAL: A EFICÁCIA DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS PREVISTAS PELO ECA NO ÂMBITO DO CASE – PITIMBU-RN
13. ABORTO SENTIMENTAL: O IMPASSE ENTRE A COMUNICAÇÃO EXTERNA E A AUTONOMIA DA MULHER VÍTIMA
14. A PROTEÇÃO PENAL BRASILEIRA EM FACE DA PRÁTICA DE PORNOGRAFIA DE VINGANÇA: EFICÁCIA OU SIMBOLISMO DA LEI Nº 13.718 DE 2018
15. PSICOPATIA E O DIREITO PENAL - O PARADIGMA DA IMPUTABILIDADE E A ADEQUAÇÃO DA PENA PARA PSICOPATAS E SERIAL KILLERS

PROFA. VIVIAN GABRIELLA BARROSO DA SILVA

E-mail: vivian.barroso@animaeducacao.com.br

1. VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UM OLHAR SOBRE AS FORMAS DE VIOLÊNCIA NOS PARTOS BRASILEIROS
2. TUTELA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA MULHER EM FACE DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA
3. IDENTIDADE DE GÊNERO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO
4. AVANÇOS E RETROCESSOS NA RESPONSABILIZAÇÃO DOS CRIMES VIRTUAIS
5. A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL
6. A ADOÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS COMO FORMA DE APRIMORAR O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO
7. PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO
8. A VULNERABILIDADE DOS IDOSOS EM FRENTE AOS CRIMES CIBERNÉTICOS
9. VIOLAÇÃO DAS NORMAS NOS PRESÍDIOS BRASILEIRO
10. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
11. O ABANDONO DAS MULHERES ENCARCERADAS
12. PORNOGRAFIA - A RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA SEXUAL E O CRIME ORGANIZADO
13. CRIMES CULTURAIS: A LINHA TÊNUE ENTRE A MANUTENÇÃO DA CULTURA E A POSSÍVEL TIPIFICAÇÃO DO CRIME CONTRA OS POVOS INDÍGENAS
14. AS DISTORÇÕES LEGAIS DO APRISIONAMENTO EM DELEGACIAS DE POLÍCIA
15. O AUMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR DURANTE A PANDEMIA DO COVID19

PROF. PAULO HENRIQUE MARQUES SOUTO

E-mail: paulo.souto@animaeducacao.com.br

1. A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS INFLUENCIADORAS DIGITAIS NO ÂMBITO DAS REDES SOCIAIS
2. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS Nº 13.709/2018: UMA ANÁLISE DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA LOJA RIACHUELO



3. A AUSÊNCIA DE TUTELA À PROTEÇÃO DE DADOS COMO PROPRIEDADE PRIVADA NO DIREITO 4.0
4. A INSTABILIDADE JURÍDICA NO SISTEMA BRASILEIRO ACERCA DA REGULAMENTAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL NO ÂMBITO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
5. PROCESSO ESTRUTURANTE E O DEVIDO PROCESSO LEGAL
6. A EFETIVIDADE DO SISTEMA DE FREIOS E CONTRAPESOS COMO ELEMENTO REGULADOR DE PODER NA ATUAL CONJUNTURA INSTITUCIONAL DO BRASIL
7. A TUTELA DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS NO ÂMBITO DO USO DAS REDES SOCIAIS
8. O ACESSO À JUSTIÇA BRASILEIRA SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO
9. DIREITO AMBIENTAL
10. A RESPONSABILIDADE CIVIL DE BLOGUEIRAS E DE INFLUENCIADORES DIGITAIS
11. POLIAMOR E SEUS EFEITOS PREVIDENCIÁRIOS NA PENSÃO POR MORTE EM ANÁLISE JURISPRUDENCIAL
12. ÓTICA POLIAMOROSA E LACUNAS JURISPRUDÊNCIAS EM PERSPECTIVA DE POSITIVAÇÃO DA EMERGENTE CONFIGURAÇÃO FAMILIAR
13. DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: AS DECISÕES AUTOMATIZADAS SÃO NEUTRAS PERANTE A DESIGUALDADE?
14. A SAGA DOS INVISÍVEIS E A ATUAÇÃO DO POP MÓVEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO RN
15. BARRIGA DE ALUGUEL: UMA ANÁLISE SOBRE O ASPECTO JURÍDICO BRASILEIRO

PROF. PABLO VINICIUS DE LIMA

E-mail: pablo.lima@animaeducacao.com.br

1. OS REQUISITOS PARA REQUERER PENSÃO ALIMENTÍCIA
2. LGPD - RESPONSABILIDADE OBJETIVA
3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA GESTANTES ENCARCERADAS NO BRASIL: UM INSTRUMENTO GARANTIDOR DA DIGNIDADE
4. A ASSISTÊNCIA À CRIANÇAS MAIS VELHAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS E O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA: UM ESTUDO SOBRE O PROJETO "PADRINHOS" NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.
5. OS DIREITOS DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO: DA DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO À LUTA PELA IGUALDADE SALARIAL
6. ALIENAÇÃO E SUAS VICISSITUDES: O CONTEXTO DAS DECISÕES JUDICIAIS E A PERSPECTIVA DO MANEJO SOB O PRISMA DA PSICANÁLISE
7. A LEGITIMIDADE DAS DECISÕES E O COMBATE À ANOMIA LEGISLATIVA NO CONTEXTO DA JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA
8. APLICABILIDADE DO DIREITO DIGITAL 4.0 NAS EMPRESAS E SEUS REFLEXOS NAS RELAÇÕES DE CONSUMO
9. O IMPACTO SOCIAL DE PAGAMENTOS ASSISTENCIAIS POR MEIO DO APLICATIVO CAIXA TEM
10. O DIREITO AO ARREPENDIMENTO E O E-COMMERCE: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE TROCAS E DEVOLUÇÕES
11. DIREITO CONSTITUCIONAL DIREITO ADMINISTRATIVO DIREITO ELEITORAL DIREITO AMBIENTAL E DIREITO DIGITAL

PROF. FELIPE MACEDO ZUMBA

E-mail: felipe.zumba@animaeducacao.com.br



1. LIBERDADE DE EXPRESSÃO E SEUS LIMITES: À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
2. RELAÇÃO DO DIREITO DO CONSUMIDOR FACE AO MERCADO INTERNACIONAL
3. O SIMPLES NACIONAL APLICADO A ATIVIDADE DE ENGENHARIA CIVIL
4. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TÍTULO AINDA INDEFINIDO)
5. LEGALIZAÇÃO DO ABORTO E O DIREITO À VIDA DO NASCITURO
6. FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA
7. A PRIVATIZAÇÃO DA SEGURANÇA
8. INEFICÁCIA DA LEI FICHA LIMPA PERANTE A CORRUPÇÃO POLÍTICA
9. A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE - EFICÁCIA JURÍDICA DAS DECISÕES ANTECIPADAS À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ
10. O DIREITO À DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS SOB A PERSPECTIVA DA CF/88 E A INCONSTITUCIONALIDADE DA TESE DO MARCO TEMPORAL
11. INFLUENCERS MIRINS: A SUPEREXPOSIÇÃO INFANTIL NA INTERNET A LUZ DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
12. LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA INTERNET
13. O DIREITO DE DEFESA DO CIDADÃO MEDIANTE O USO DE ARMAS DE FOGO
14. COSTAS RACIAIS À LUZ DO DIREITO CONSTITUCIONAL
15. O DIREITO FUNDAMENTAL À LIBERDADE DE EXPRESSÃO: ANÁLISE DAS DECISÕES DO TSE DURANTE AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2022